

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO : O CONTRIBUTO DAS ONG'SAs ONG's e os Direitos Humanos

As Organizações Não-Governamentais têm aprofundado consideravelmente, ao longo dos últimos anos, a sua intervenção no campo da defesa dos direitos humanos. Vocacionadas de um modo particular para o contacto directo com as populações, foram-se apercebendo de que não pode haver desenvolvimento nem cooperação sem respeito pelos direitos dos homens e dos povos e foram ganhando consciência da enorme diversidade de aspectos que estas expressões, já consagradas, aparentemente simples, significam no mundo complexo em que vivemos. Neste contexto, as ONG's têm inclusivamente desempenhado um papel importante no alargamento dos próprios conceitos que definem os processos de sujeição e violência a que estamos submetidos, de uma forma mais explícita ou mais subtil, permitindo assim passar da prática quotidiana para a reflexão e desta, novamente para o confronto com a realidade.

Pediram-me que vos expressasse a experiência do que tem sido, ao nível das ONG's, a luta pela defesa dos direitos do povo de Timor-Leste. Faço-o com muito gosto, na medida em que, como membro do CIDAC e da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, tenho acompanhado muito de perto este processo, desde 1974. Mas, mais importante do que isso, penso que a questão de Timor-Leste tem constituído um dos maiores e mais enriquecedores desafios, nesta área, às opções e às capacidades das ONG's, e pode por isso ilustrar de uma forma quase exemplar o que é e o que exige uma intervenção pela defesa dos direitos humanos.

Timor-Leste, pequeno território ocupado por um grande e poderoso vizinho, foi considerado por muitos um caso perdido e os Estados, mais atraídos pela "real politik" do que pela defesa intransigente do direito internacional, têm progressivamente optado pelo silêncio ou pelo apoio ao agressor. No sentido inverso, têm sido as ONG's, particularmente na Europa, Canadá, Estados Uni-

dos e Austrália, a tomar posição perante o problema. De ano para ano, crescem as denúncias, as iniciativas, os apelos das ONG's. Criam-se grupos de solidariedade específicos e alarga-se o número de outros grupos que se informam e se pronunciam sobre a questão. Consolidam-se os contactos e o trabalho comum: na próxima semana Amsterdão acolherá os participantes do 2º Encontro Europeu dos grupos cristãos empenhados no problema de Timor-Leste e os participantes do VII Encontro europeu dos grupos de solidariedade com o povo maubere. Prevalece, pois, a fidelidade aos princípios da defesa dos direitos humanos e a luta por um mundo mais justo, baseado "no respeito pelo princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos" - art. 1 da Carta das Nações Unidas.

Timor-Leste tem sido isolado do mundo. Nenhuma pessoa ou organização independente pode visitar o território, a correspondência é censurada, as chamadas telefónicas de e para o exterior estão proibidas. Não é possível o contacto directo com a população e as notícias sobre a situação vão-nos chegando irregularmente e com dificuldade, quantas vezes colocando algumas pessoas em perigo de vida. Por isso, a acção das ONG's tem passado por uma persistência e capacidade para recorrer a todas as fontes de informação possíveis, comparando escrupulosamente os dados fornecidos por cada uma delas, o que exige esforços continuados e criadores.

Mas as ONG's não defendem os princípios só porque eles existem, elas defendem-nos na medida em que eles correspondem ao desejo dos povos de transformar a realidade em que vivemos. No caso de Timor-Leste, é a corajosa afirmação do nacionalismo maubere que sustenta as ONG's. Enquanto o povo de Timor-Leste persistir em lutar pelos seus direitos, as ONG's não deixarão de denunciar as violações dos direitos humanos sistematicamente cometidas no território nem abandonarão os esforços para que o povo maubere possa ser livre na sua própria pátria.

Finalmente, o caso de Timor-Leste permite compreender de uma forma muito clara a articulação que existe entre os direitos humanos, singularmente considerados, e os direitos dos povos. Estamos talvez mais habituados a identificar os direitos do Homem com situações como prisões arbitrárias, torturas, execuções sumá-

rias, deportações, etc. Às vezes pensamos também em carências generalizadas ao nível da alimentação, da saúde, da educação, da habitação. Mas imaginemos, por exemplo, no caso concreto que estamos a apresentar, que o ocupante doirava o quotidiano das populações e deixava de exercer sobre elas as terríveis represálias a que as habituara já. Nem por isso este povo estaria menos prisioneiro e nem assim poderia sentir que a autodeterminação a que tem direito, como um colectivo com identidade própria, estaria cumprida.

É para as ONG's de cooperação para o desenvolvimento uma experiência particularmente exaltante e enriquecedora a de participar dos esforços para a libertação dos povos, sobretudo numa fase em que se sente palpável a construção de uma nova comunidade nacional, renascendo das cinzas de séculos de colonização. Este esforço, porque é colectivo e simultaneamente põe em causa e transforma a comunidade internacional, cimenta responsabilidades mútuas e exige novas solidariedades.

Portugal tem, precisamente, responsabilidades significativas e específicas na questão de Timor-Leste. Por essa razão, os grupos de solidariedade portugueses são chamados a cobrir um vasto leque de campos de actividade, o que nos pode ajudar a formular uma ideia do que é o trabalho de uma ONG na defesa dos direitos humanos.

Tomemos o exemplo da Comissão para os Direitos do Povo Maubere: em primeiro lugar, para actuar é preciso estar informado e definir os caminhos a percorrer e as prioridades a desenvolver. A CDPM dispense largas energias no trabalho de recolha de informação, recorrendo a diversas fontes: cartas, documentos e gravações enviados de Timor-Leste, relatos de refugiados, imprensa internacional, nomeadamente a do país ocupante, documentos de organizações internacionais, contactos pessoais. Todos os dados são cuidadosamente conferidos.

A partir desta matéria-prima, um dos objectivos fundamentais é o de informar e formar a opinião pública, para que com-

preenda a situação e lute pela sua transformação. Nesse âmbito, a CDPM edita um boletim trimestral com o título "FUNU" e uma folha mensal - a "Informação Timor-Leste". Esta tem um carácter essencialmente informativo, enquanto que o boletim reúne sobretudo artigos de análise.

O contacto permanente com os órgãos de comunicação social é uma prioridade dentro do mesmo objectivo. Através de conferências de imprensa, comunicados, curtas informações, publicação de artigos ou participação em emissões radiofónicas, apoio ao trabalho de profissionais do sector, a Comissão tenta chegar a um público mais vasto. Um esforço especial tem sido feito na direcção da imprensa regional.

As escolas, as associações culturais, as comunidades cristãs, as comissões de moradores e de trabalhadores e os sindicatos constituem um campo de actuação específico. Para o diálogo com estes grupos, a CDPM elaborou diaporamas, exposições fotográficas e organiza sessões de debate ou corresponde a pedidos concretos que lhe são dirigidos.

A acção de rua é também uma forma de alargar o âmbito da informação. Colocamos uma exposição de fotografias e um gravador com música num local público muito frequentado, vendem-se as publicações e conversamos com as pessoas mais interessadas.

Nos últimos dois anos, a Comissão tem procurado estudar e aprofundar as realidades da área do mundo onde se situa Timor-Leste. Neste sentido, organizou o ano passado um Seminário sobre o Sueste Asiático e dentro de 15 dias realizar-se-à um outro Seminário dedicado ao tema "Timor-Leste no contexto do Sueste Asiático".

Finalmente, a CDPM tem sido solicitada, ou toma a iniciativa, de elaborar estudos sobre questões específicas ou relatórios sobre determinados acontecimentos. Pode desse modo apoiar a acção de organizações internacionais (Comissão dos Direitos Hu-

manos e Sub-Comissão Contra as Medidas Discriminatórias e pela Protecção das Minorias da ONU, Comité Internacional da Cruz Vermelha, Alto Comissariado para os Refugiados, etc.), das Igrejas, dos grupos de solidariedade dos vários continentes, de governos, parlamentares, etc.

Esta actividade aponta já para um outro objectivo central: o de pressionar os poderes públicos para que ajam segundo a justiça e o direito internacional e não cedam perante as facilidades económicas ou estratégicas. Nesse sentido, a CDPM procura manter-se em contacto estreito com as autoridades, na dupla perspectiva de exigir e colaborar, sempre que as iniciativas sejam correctas.

Na impossibilidade de cooperar directamente com a população de Timor-Leste, em virtude do isolamento do território, a CDPM apoia activamente todas as acções que visem romper este silêncio. Foi assim que no final do ano passado a Comissão lançou uma Campanha de recolha de fundos para a Rádio Maubere, instalada no começo do ano de 1985 e que permite a comunicação entre Darwin, na Austrália, e o interior de Timor-Leste.

Mas em Portugal vive uma numerosa comunidade de timores exilados. A CDPM mantém estreitos contactos com a comunidade, apoia e colabora nas suas iniciativas e tem a preocupação de dar a conhecer ao público português, através da sua actuação, a forte identidade histórica e cultural, nacional, do povo maubere.

A criação de redes de informação e de trabalho é indispensável para o desenvolvimento das actividades. Tanto em Portugal como no estrangeiro, vamos abrindo ou aderindo a espaços de intercâmbio e entre-ajuda no âmbito das organizações, em particular Não-Governamentais, que se dedicam a objectivos similares.

Isso leva a Comissão a trocas regulares de documentação e informação, não raras vezes exigindo tarefas de tradução, e a participar em iniciativas internacionais.

Dentre estas, destacam-se as sessões da Comissão dos Direitos do Homem da ONU e da Sub-Comissão contra as Medidas Discriminatórias e pela Protecção das Minorias. Um elemento da CDPM esteve presente nas sessões dos dois últimos anos, a convite de uma ONG dotada de estatuto consultivo junto da Organização das Nações Unidas.

De certo modo, através destes contactos com os poderes instituídos, ao nível nacional como ao nível internacional, a CDPM, como outras ONG's, vão também ganhando experiência no campo da actuação diplomática, aí introduzindo novas interrogações e exigências.

É pois através de uma multiplicidade de caminhos percorridos e a percorrer que nos temos vindo a consolidar como grupo e como força capaz de inovar e de aprofundar os próprios objectivos que nos propusemos.

É preciso dizer que a luta de libertação de Timor-Leste nos tem transformado consideravelmente, nos tem amadurecido enquanto pessoas individuais e enquanto colectivo e é precisamente nessa troca que encontramos o fundamento e a riqueza do trabalho das ONG's.

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
C D P M

Luísa Teotónio Pereira